



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0101

BI-2020-0033

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/07/2020

**Hora:** 9h15

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Luis MAS. Machado

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### Descrição da inspeção:

Inspeção a Operadores de Gestão de Resíduos. Foi contactado no local o Coordenador Operacional Nelson André Cabral Fontes.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Varela e C.ª, Lda.

**NIPC/NIF:** 512004854

**Sede/morada:** Edifício Varela, Rua de Lisboa s/n

**Código Postal:** 9500-216

**Freguesia:** Ponta Delgada (São José)

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Varela & C.ª, Lda. - Ecocentro de São Miguel

**Endereço:** Nordela

**Código Postal:** 9500-674

**Freguesia:** Santa Clara

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

**Atividade principal:** 49391 - Transporte interurbano em autocarros

**Outras atividades:** 8212 – Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos

**Período de funcionamento:** 8:30 – 12:30 e 13:30 – 17:30 (2.ª a 6.ª)

**Licenciamento da atividade:** 4/DRA/2019



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação de operação de gestão de resíduos é constituída por um parque de tanques, um armazém coberto e uma zona de armazenagem a descoberto, com parque de contentores.

A instalação, em 2017, ficou dividida por uma estrada, sendo que na prática houve uma redução significativa da área de armazenagem dos pneus usados. A zona utilizada, atualmente, para armazenamento temporário dos pneus usados é maioritariamente não impermeabilizada e não dispõe de rede de drenagem de águas residuais com encaminhamento para sistema de tratamento de águas residuais. Essa zona não está abrangida pelo plano de controlo integrado de roedores. Os pneus usados já não são triturados.

Segundo o operador, os pneus usados eram todos encaminhados para o continente português, sendo que desde o início deste ano de 2020, todos os tipos de pneus usados (com exceção dos industriais) são encaminhados para a Teramb, que pertence à rede de valorização da Valorpneu. Os pneus usados industriais continuam a ser encaminhados para o continente.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Devido a esta alteração de destino, houve uma alteração significativa no processo de gestão dos pneus usados, uma vez que na Terceira não dispõem de giratória para operar com contentores marítimos de 40 pés, tendo que encaminhar os pneus usados inteiros (já não são triturados) em contentores marítimos *open top* de 20 pés.

Esta situação teve como consequência não conseguirem escoar o mesmo número de pneus usados que encaminhavam antes para o continente (pneus triturados e em contentores de 40 pés), havendo um aumento significativo do número de pneus temporariamente armazenados.

Os filtros de óleo são sujeitos a compactação e extração do óleo do seu interior, sendo os restantes resíduos contentorizados e armazenados, de acordo com a sua tipologia e características, em zona definida e identificada.

Foi referido pelo representante do operador que já existe um projeto para um novo Ecocentro e que o mesmo se encontra em fase de licenciamento.

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações Sanitárias	Fossa Séptica e Poço absorvente	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Águas residuais oleosas provenientes da armazenagem de resíduos, com exceção dos pneus usados	Separador de hidrocarbonetos	Solo

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará AR/2018/65, válido até 22/08/2021
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Frequência Anual ao parâmetro Óleos Minerais
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

A receção e armazenamento dos resíduos no estabelecimento encontram-se descritas em Instruções de Trabalho (IT)

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Constantes do Mapa SRIR OGR 2019	R13; D15	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Constantes do Mapa SRIR OGR 2019	R13; D15	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Constantes do Mapa SRIR OGR 2019	R13; D15	

#### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Vários, constantes do Mapa de Registo de Resíduos de OGR de 2019 no SRIR	

#### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade (Mapa SRIR Produtor 2019)

LER	Designação	Quantidade (ton.)	Destino
200399	Resíduos urbanos e equiparados	0,06400	Varela & C.ª, Lda.
150102	Embalagens de plástico	0,03250	Varela & C.ª, Lda.
130208*	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	1627,81000	Varela & C.ª, Lda.
150101	Embalagens de papel e cartão	0,02650	Varela & C.ª, Lda.
150202*	Absorventes contaminados por substâncias perigosas	0,13350	Varela & C.ª, Lda.
150110*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	0,34250	Varela & C.ª, Lda.

### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

#### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Deficientes condições de armazenagem de pneus usados.
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Cumprido	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Existência de estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 a)]	Cumprido	
b) Disponibilizado painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 b)]	Cumprido	
c) Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 c)]	Cumprido	
d) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 d)]	Cumprido	
e) Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 e)]	Cumprido	





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>f)</b> Todos os contentores e áreas utilizadas na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 f)]	Cumprido	
<b>g)</b> Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, devendo ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 g)]	Cumprido	
<b>h)</b> Os resíduos líquidos devem ser armazenados em sistemas de contentorização adequados, selecionados de acordo com as características do resíduo. No caso dos resíduos perigosos líquidos, a sua armazenagem deve ser realizada em contentores	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 h)]	Cumprido	
<b>i)</b> O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 i)]	Cumprido	
<b>j)</b> As instalações devem estar dotadas de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 j)]	Cumprido parcialmente	A zona utilizada, atualmente, para armazenamento temporário dos pneus usados é maioritariamente não impermeabilizada e não dispõe de rede de drenagem de águas residuais com encaminhamento para sistema de tratamento de águas residuais.
<b>k)</b> A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 k)]	Cumprido	Alvará AR/2018/65
<b>l)</b> Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte de resíduos e de carregamento do SRIR	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 l)]	Cumprido	Dispõem de Instruções de Trabalho (IT) para o controlo dos resíduos.
<b>m)</b> Deve estar disponível um sistema de pesagem com balança, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 m)]	Cumprido	Dispõem de uma balança central (no acesso às instalações) e uma balança no interior das instalações de 3.000 kg
<b>n)</b> Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 j)]	Cumprido	Dispõem de folhas de registo para controlo do carregamento dos contentores de “mistos”, resíduos perigosos e “secos”.
<b>o)</b> Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 o)]	Cumprido	
<b>p)</b> O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida, quando aplicável	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 p)]	Cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
q) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 q)]	Cumprido	
r) Todos os técnicos intervenientes devem estar devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR 4/DRA/2019 [4 r)]	Cumprido	

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
-	-

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
-	Escolha um item.	Escolha um item.	

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	-	-
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	-	-
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	-	-
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	-	-

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
-	-	-	-

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

#### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

##### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	-	-
3 ≤ Carga < 30	-	-
30 ≤ Carga < 300	-	-
Carga ≥ 300	-	-

##### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Inexistente	Zona mista	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido parcialmente	O mapa de estações rateiras apresentado apenas abrangia as instalações do lado sul, não incluindo a zona de armazenagem dos pneus usados, pelo que o plano de controlo de roedores não contempla a totalidade das instalações.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
<b>a)</b> Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
<b>b)</b> Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
<b>c)</b> A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
<b>d)</b> Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

#### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>b)</b> Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>c)</b> Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>d)</b> Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>e)</b> Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro na Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, com a Apólice n.º RC64416056



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) O mapa de estações rateiras apresentado, constante do plano de controlo de roedores da instalação de OGR, apenas abrangia as instalações do lado sul, não incluindo a zona de armazenagem dos pneus usados, pelo que o plano de controlo de roedores não contempla a totalidade das instalações. A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, constitui contraordenação prevista e punida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, com coima de €500 a €10 000, para pessoa coletiva;
- b) Violação das normas de armazenagem de pneus usados constantes do artigo 25.º do DLR n.º 24/2012/A, de 01 de junho, uma vez que a zona utilizada, atualmente, para armazenamento temporário dos pneus usados é maioritariamente não impermeabilizada; não dispõe de rede de drenagem de águas residuais com encaminhamento para sistema de tratamento de águas residuais; não está abrangida pelo plano de controlo integrado de roedores, podendo ocorrer a nidificação de insetos e roedores e o armazenamento dos pneus usados não é efetuado em filas, dispondo-se os pneus em pilhas, que devem ter, no máximo, 3 m de altura, 15 m de comprimento e 8 m de largura. A violação das normas de armazenagem de pneus usados constantes do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, constitui contraordenação leve, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 62.º, do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).

## 11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização da irregularidade da alínea a)



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

---

☒ Levantamento de auto de notícia para a infração da alínea b)

☐ Outra: